



INVESTIGAÇÃO Procuradoria quer 16 anos de prisão para Antonio Carlos Suplicy

Pedida pena maior a falso engenheiro

FREDERICO VASCONCELOS

DA REPORTAGEM LOCAL

O Ministério Público Federal pediu a pena de 16 anos de prisão, em regime fechado, para Antonio Carlos Suplicy, o falso engenheiro que superavaliou em R\$ 66,4 milhões a indenização a ser paga pela União por imóvel com uma choupana, na serra da Bocaina.

Em apelação ao TRF-SP (Tribunal Regional Federal) em janeiro, o procurador regional da República Mario Bonsaglia alegou danos causados por Suplicy "à administração e à credibilidade da Justiça, e ao patrimônio público".

Suplicy usou diplomas falsos de engenheiro da Universidade Federal do Pará, por 17 vezes, perante juízes federais, a título de comprovar habilitação que não tinha.

O MPF quer aumentar a condenação imposta pelo juiz João Carlos da Rocha Mattos, da 4ª Vara Federal, que o condenou a 3 anos de prisão, pena substituída por multa de 20 salários mínimos e por serviços à comunidade.

O MPF pede que o mandado de prisão seja expedido tão logo julgada a apelação e requer a aplicação de multa de 4.800 salários mínimos (R\$ 960 mil), levando em conta a gravidade dos delitos e a situação financeira do réu.

Suplicy era proprietário de dois apartamentos (quatro vagas na garagem) em prédio na rua dos Franceses, bairro da Bela Vista (SP), adquiridos dos banqueiros Joseph e Moise Safra, em 1977.

Suplicy foi defendido pelo advogado Miguel Reale Júnior (que renunciou à causa quando assumiu o Ministério da Justiça).

Em 1997, Furnas, Cesp, Telesp, Eletropaulo e INSS informaram ao MPF os laudos feitos por Suplicy: em onze perícias sob suspeição, foram pagas indenizações de R\$ 179 milhões (valor próximos dos danos com os desvios do Fórum Trabalhista de São Paulo).

Furnas tentou recuperar R\$ 9

milhões, da diferença de 8.804,16% entre a indenização calculada pela estatal e por Suplicy.

O falso engenheiro chegou a superavaliar um prédio em uso pelo TRF, na rua São Francisco, no centro velho de São Paulo: o metro quadrado equivalia ao dobro do praticado pelo mercado imobiliário para a avenida Paulista.

A anulação dos processos em que Suplicy atuou, defendida pelo juiz federal Casem Mazloum, já havia sido rejeitada pelo TRF-SP.

Em dezembro de 1998, em outro julgamento, a 1ª Turma do TRF-SP voltou a rejeitar pedido de anulação das perícias dele.

"Não há por que decretar a nulidade das perícias em todos os processos onde funcionou o perito Suplicy sem qualquer demonstração de efetiva falha sua, porque tal fato, além de acarretar um volume extraordinário de serviços, traria à Justiça e às partes muito mais prejuízos que benefícios", disse o relator Roberto Haddad. OUTRO LADO

Advogado pede nulidade da sentença

DA REPORTAGEM LOCAL

Na apelação criminal que tramita no Tribunal Regional Federal, os advogados do falso engenheiro Antonio Suplicy alegam que a majoração das penas contraria o Código Penal, pois se trata de "réu primário" e sem "maus antecedentes".

Foi pedida a nulidade da sentença de primeiro grau, por "deficiência de fundamentação", pois o juiz não teria apreciado todas as teses da defesa. A Folha não localizou ontem o advogado Luiz Guilherme Moreira Porto, que defende Suplicy.



Imóvel na Fazenda Quilombo, no Parque Nacional da Serra da Bocaina, na área de desapropriação contestada na Justiça

PARA ENTENDER O CASO

Amélia Cherubini move ação de desapropriação de três glebas na serra da Bocaina, de valor declarado de R\$ 174,5 mil (atuais). O advogado Luiz Roberto de Arruda Sampaio dá à causa o valor (atualizado) de apenas R\$ 21,4 mil

O então juiz da 15ª Vara Federal, Roberto Haddad, designa Antonio Carlos Suplicy para fazer perícia. Suplicy encomenda laudo da cobertura vegetal ao engenheiro agrônomo Miguel Antunes Vicente, sua única perícia do gênero

Laudo de Suplicy duplica a área, infla os valores e fixa a desapropriação em R\$ 7,4 milhões

Juiz Marcelo Mesquita Saraíva aceita laudo de Suplicy e fixa correção e juros compensatórios (12% ao ano) a partir de 1972 TRF-SP mantém a sentença de Saraiva. Os juizes convidados Casem Mazloum e Pedro Lazarano acompanham voto do relator Paulo Theotonio Costa, rejeitando nulidade do processo. Ministério Público Federal informara, meses antes, que Suplicy fora denunciado por uso de diploma falso de engenheiro

Advogado de Cherubini calcula sentença em R\$ 57,4 milhões (R\$ 66,4 milhões atuais)

TRF-SP suspende provisoriamente pagamento da indenização, em ação rescisória

Folha publica que a União pode pagar R5 66,4 milhões por uma choupana, única benfeitoria. O juiz Casem Mazloum defende a anulação de todos os processos com perícia feita pelo falso engenheiro Suplicy